



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de São Pedro da Aldeia
Secretaria Municipal de Saúde
Secretaria Adjunta de Administração

PMSPA/SESAU	
Proc. Nº:	8914/22
Fls nº:	114
Rub:	

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO:

AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS DE USO HUMANO DESTINADOS À UNIDADE MÓVEL DE ATENDIMENTO E CASTRAÇÃO (CASTRAMÓVEL), conforme listagem em anexo I, objetivando promover o seu abastecimento pelo período de 12 (doze) meses.

2. JUSTIFICATIVA:

Trata-se de medicamentos a serem utilizados para castração e/ou tratamento de cães e gatos.

Considerando que:

O castramóvel atua, hodiernamente, nas diversas cidades e tem trazido bons resultados, especialmente para São Pedro da Aldeia, onde possui um grande número de animais abandonados em locais como residências, chácaras, dentre outros, já que, por muitas vezes, o dono impossibilita-se de arcar com os custos para castração, fomentando ainda mais o rol de animais por abandono;

É dever do Estado providenciar suporte a vida e a saúde populacional;

Os medicamentos são fundamentais para o atendimento público, tornando assim os mesmos itens essenciais para o bom funcionamento;

Diante do exposto, requer-se a aquisição do objeto por meio deste presente termo, cujo o pedido originou da necessidade para o funcionamento do projeto castramóvel, este que tem como função diminuir a quantidade de animais errantes, proporcionando boas condições, de modo que o órgão competente e os protetores independentes reduzam os casos de violência, maus-tratos e abandono desses.

3. MÉTODOS E ESTRATÉGIAS DE SUPRIMENTOS:

O fornecimento será efetuado parcialmente, conforme conveniência e necessidade a ser determinado pela Secretaria Municipal de Saúde, a qual solicitará o quantitativo ao contratado, tendo o prazo limite de entrega **não superior a 30 (trinta) dias**, contados após o recebimento da ordem de fornecimento.

4. DAS CONDIÇÕES GERAIS:

Os mesmos deverão ser embalados e armazenados em local adequado a fim de impedir a sua deterioração, até o momento de sua utilização.

A Contratada ficará sujeita as seguintes condições:

8914
182
POB



ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Prefeitura Municipal de São Pedro da Aldeia

Secretaria Municipal de Saúde

Secretaria Adjunta de Administração

PMSPA/SESAU

Proc. Nº: 8914/22

Fls nº: 115

Rub:

- i. Entregar os produtos contendo, em sua embalagem, a data de fabricação, validade e/ou vida útil;
- ii. Seguir programação do órgão requisitante, quanto à data, horário, local e quantidade a serem entregues;
- iii. Comprometer-se a dar total garantia quanto à qualidade dos materiais fornecidos, bem como efetuar a substituição imediata, e totalmente às suas expensas, de qualquer produto entregue comprovadamente em desacordo com este Termo de Referência, ou seja, fora das especificações técnicas e padrões de qualidade exigidos.

5. DA TÉCNICA QUANTITATIVA:

O quantitativo estimado foi baseado na média de dosagem por animais prevista pela unidade móvel de atendimento e castração (castramovel), durante o período de 12 (doze meses), considerando cerca de 40 castrações semanais, 160 castrações por mês, totalizando 1.920 castrações anuais.

Embora os atendimentos sejam padronizados, poderá haver casos específicos em que será necessária aumentar a dose desses medicamentos, ou seja, a dose poderá sofrer variação conforme a espécie, peso e estado de saúde do animal.

Ressalta-se que foi necessário colocar uma quantidade reserva para acaso de necessidade, conforme anexo I deste Termo.

6. DA VALIDADE DOS ITENS:

Quando da entrega, deverão ter a data de fabricação recente, sendo no máximo de 06 (seis) meses; e validade de no mínimo 18 (dezoito) meses, sendo que ambos os prazos terão por data referencial a data da efetiva entrega dos materiais.

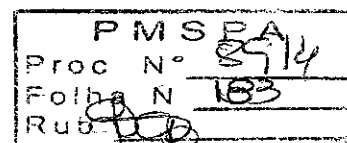
7. DA DESTINAÇÃO DO OBJETO

Deverão ser entregues os medicamentos na Farmácia Básica da Secretaria Municipal de Saúde, Rua Benedito Siqueira, nº 387, Centro, São Pedro da Aldeia, Rio de Janeiro, no horário das **08:00** as **17:00**, ao qual fará a distribuição para o setor requisitante.

As bolsas soros das quais se referem aos itens 1 e 2 do presente objeto deverão ser entregues no Almoxarifado Central da Saúde, localizado na Rua João Martins, nº 230, Loja, Centro, São Pedro da Aldeia – RJ, de Segunda à Sexta, das **08:00** as **16:00**, exceto em feriados, ao qual fará a distribuição para o setor requisitante.

8. DO RECEBIMENTO E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO:

Os bens serão recebidos:





ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Prefeitura Municipal de São Pedro da Aldeia

Secretaria Municipal de Saúde

Secretaria Adjunta de Administração

PMSPA/SESAU

Proc. N°: 8914/22

Fls n°: 116

Rub: _____

PMSPA
Proc N° 8914
Folha N° 184
Rub 900

- i. O recebimento do produto deverá ser efetuado pelo servidor ou comissão responsável pela aceitação do objeto(s) desta Licitação.
- ii. Por ocasião da entrega, a contratada deverá colher à data, hora, nome, cargo, matrícula e assinatura do servidor ou membro da comissão da contratante responsável pelo recebimento.
- iii. Provisoriamente, a partir da entrega, para efeitos de verificação da conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência.
- iv. Definitivamente, após verificação da conformidade com as especificações constantes do edital e das propostas. Sua consequente aceitação se dará em até 02 dias úteis a contar do recebimento provisório.
- v. A entrega somente será feita mediante requisição da contratante, por e-mail ou outro meio que se julgar apto, constando de uma relação de material.
- vi. Os itens deverão ser entregues livre de vícios que prejudiquem o seu uso ou eficácia;
- vii. Os itens serão recebidos provisoriamente no prazo de 15 (quinze) dias, pelo (a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato ou da entrega do objeto, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na Proposta.
- viii. Os itens serão recebidos definitivamente no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.
Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório.
- ix. Os itens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- x. Em caso de algum tipo de irregularidade verificada, todo material irregular será devolvido, ficando o custo do transporte por conta da Empresa fornecedora, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.
- xi. Somente serão aceitos os materiais que, por ocasião da data de entrega, apresentarem no mínimo 80% (oitenta por cento) de seu período de validade vigente a contar da sua data de fabricação e para os materiais em que o período de validade total for igual ou inferior a um ano o percentual de aceitabilidade será de 90% (noventa por cento).
- xii. Todas as notas fiscais deverão ser eletrônicas e conter (nos itens que couberem), o n° do lote nome do fabricante e o prazo de validade.

9. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES:

I - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

- a) Receber provisoriamente o material, disponibilizando local, data e horário;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Prefeitura Municipal de São Pedro da Aldeia

Secretaria Municipal de Saúde

Secretaria Adjunta de Administração

PMSPA/SESAU

Proc. Nº: 8914/22

Fls nº: 113

Rub: 113

PMSPA
Proc. Nº 8914
Folha N 185
Rub 113

b) Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos;

c) Proporcionar à contratada todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes da presente licitação, de acordo com as cláusulas contratuais, determinações do Edital e seus Anexos, consoante estabelece a Lei nº 8.666/93;

d) Providenciar os pagamentos das notas fiscais devidamente atestadas, nos prazos fixados;

e) Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos produtos, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos a autoridade competente, para providências cabíveis;

f) Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso do fornecimento, fixando prazo para a sua correção;

g) Pagar à Contratada o valor ajustado e no prazo previsto, na forma do contrato;

h) Zelar para que durante toda a vigência do contrato sejam mantidas, em compatibilidade com as obrigações assumidas pela Contratada, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

i) Aplicar, conforme o caso, as penalidades administrativas previstas pela Lei nº 8.666/93;

j) A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados;

k) Cumprir com as demais obrigações constantes no Termo de Referência.

II - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

a) Manter durante o período de execução do fornecimento contratado as condições de regularidade junto ao INSS, FGTS, e a Fazenda Federal, Fazenda Estadual, e Fazenda Municipal, bem como as condições de qualificação exigidas na licitação;

b) Aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões até o limite fixado no parágrafo 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666/93;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Prefeitura Municipal de São Pedro da Aldeia

Secretaria Municipal de Saúde

Secretaria Adjunta de Administração

PMSPA/SESAU	
Proc. Nº:	8914/22
Fls nº:	118
Rub:	

PMSPA/SESAU	
Proc. Nº:	8914
Folha N	186
Rub	002

c) Responsabilizar-se, em qualquer caso, por danos e prejuízos de qualquer natureza causados por seus empregados ao MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DA ALDEIA/RJ, ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, respondendo por si e seus eventuais subcontratados, não excluindo ou reduzindo tal responsabilidade, à fiscalização ou acompanhamento da CONTRATANTE, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26 do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078 de 1990).

d) Submeter-se à Fiscalização da CONTRATANTE para fiel consecução do objeto deste contrato;

e) Executar o objeto contratado, conforme as condições impostas pela CONTRATANTE;

f) Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local, constantes neste edital e no Termo de Referência, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a marca, fabricante, procedência e prazo de garantia ou validade.

g) Comunicar a Contratante, até 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

h) Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência.

i) Responsabilizarem-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

j) Designar preposto para assistir o fiscal do contrato.

k) Cumprir com as demais obrigações constantes no Termo de Referência

10. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

Considerando que o inc. IV, do art. 30, da Lei Federal 8.666/93, determina que a documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso.

Considerando que a Lei Federal nº 6360/76 é o instrumento normativo que regulamenta a Vigilância Sanitária no país e que todas as exigências contidas neste regulamento devem ser obedecidas pelos órgãos públicos e empresas que atuem em áreas sujeitas à vigilância sanitária. Ademais, de acordo com o disposto no art. 12 da Lei nº 6360/76, nenhum dos produtos de que trata esta lei, inclusive os importados, podem



ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Prefeitura Municipal de São Pedro da Aldeia

Secretaria Municipal de Saúde

Secretaria Adjunta de Administração

PMSPA/SESAU

Proc. Nº: 8919/22

Fls nº: 119

Rub: [assinatura]

Proc. Nº 8914
Folha N 187
Rub [assinatura]

ser industrializados, expostos à venda ou entregues ao consumo antes de Registrados no Ministério da Saúde, salvo exceções previstas nos artigos 24 e 25, § 1º da mesma lei.

Considerando que a Lei nº 5.991/73, nos incisos de seu artigo 4º, traz o conceito de medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos, dispondo sobre o controle sanitário da comercialização desses produtos e que o art. 1º da Lei nº 6360/76 informa que os produtos definidos na Lei nº 5.991/73 ficam sujeitos às normas de vigilância sanitária.

Considerando que de acordo com o art. 2º da Lei nº 6360/76, somente poderão extrair, produzir, fabricar, transformar, sintetizar, purificar, fracionar, embalar, reembalar, importar, exportar, armazenar ou expedir tais produtos as empresas autorizadas pelo Ministério da Saúde e cujos estabelecimentos hajam sido licenciados pelo órgão sanitário das Unidades Federativas em que se localizem.

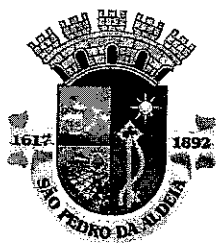
Considerando que a regulamentação das condições para o funcionamento de empresas sujeitas ao licenciamento sanitário, e o registro, controle e monitoramento, no âmbito da vigilância sanitária, dos produtos de que trata a Lei nº 6.360/76 é dada pelo Decreto nº 8.077/2013, que, em seu artigo 2º, estabelece que o exercício de atividades relacionadas aos referidos produtos dependerá de autorização da ANVISA e de licenciamento dos estabelecimentos pelo órgão competente de saúde dos Estados, Distrito Federal ou Municípios, observados os requisitos técnicos definidos em regulamento desses órgãos.

Considerando que, quanto à licença de funcionamento sanitário a RDC nº 153/2017 ANVISA definiu o grau de risco sanitário das atividades sujeitas à vigilância sanitária, enquanto a IN nº 16/2017 ANVISA traz a lista de Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE de atividades econômicas sujeitas à vigilância sanitária por grau de risco e dependente de informação para fins de licenciamento sanitário.

Considerando que a Resolução nº 577/2013 do Conselho Federal de Farmácia prevê a exigência de comprovação de regularidade do farmacêutico responsável no Conselho Regional de Farmácia, devendo o mesmo constar no rol de requisitos de habilitação técnica.

Por todo o exposto, a exigência de demonstrar que as licitantes aptas a fornecer os produtos a serem adquiridos tem de estar habilitadas a comercializá-lo, de modo que a simples participação na licitação só é viável se a empresa detém o aval do órgão fiscalizador, solicitamos a inclusão dos requisitos técnicos a seguir.

- a) Apresentação da Licença Sanitária Estadual ou Municipal
- b) Comprovação da Autorização de Funcionamento da empresa participante da licitação
- c) Certificado de Registro de Produto emitido pela Secretaria de Vigilância Sanitária;
- d) Atestado de Capacidade Técnica, emitido por empresa pública ou privada pertinente ao objeto da referida licitação.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Prefeitura Municipal de São Pedro da Aldeia

Secretaria Municipal de Saúde

Secretaria Adjunta de Administração

PMSPA/SESAU

Proc. Nº: 8919/22

Fls nº: 12021

Rub: [assinatura]

- e) Autorização Especial - Licença (AE) concedida pela Secretaria de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde (SVS/MS) Conforme Portaria nº 344/98, - para os medicamentos a seguir:

- Cloridrato de tramadol (item 3)
- Diazepan (item 4)
- Isoflurano (item 5)
- Propofol (item 7)

PMSPA/SESAU
Proc Nº 8919
Folha Nº 12021
Rub [assinatura]

- f) Certificado de Regularidade Técnica, expedido pelo Conselho de Farmácia de sua jurisdição.

11. DO CONTROLE DA EXECUÇÃO:

A fiscalização da contratação será exercida por um representante da Secretaria, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência à Administração.

12. DO RECURSO ORÇAMENTÁRIO:

Ficha	1830 e 1320
Fonte	287 e 20
Elemento de Despesa	33.90.30.99.00
Programa de Trabalho	10.305.059.2.182

13 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

13.1. Pela inexecução total ou parcial do objeto, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contrato as seguintes sanções:

I – Advertência;

II – Multa Administrativa, gradual conforme a gravidade da infração, não excedendo, em seu total, o equivalente a 20% (vinte por cento) do valor do contrato, acumulável com as devidas sanções;

III – Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública Municipal, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

IV – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação na forma da Lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Prefeitura Municipal de São Pedro da Aldeia

Secretaria Municipal de Saúde

Secretaria Adjunta de Administração

PMSPA/SESAU

Proc. Nº: 8914102

Fls nº: 121

Rub: [assinatura]

13.2. A critério da Administração Pública Municipal, as sanções previstas nos itens I, III e IV poderão ser aplicadas juntamente com a prevista no item II, facultada a defesa prévia da CONTRATADA, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

13.3. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

13.4. A penalidade por multa será:

I - de 20% (vinte por cento) do valor global corrigido do contrato, no caso de inexecução total da obrigação;

II - de 10% (dez por cento) do valor corrigido, correspondente à parte da obrigação contratual não cumprida, no caso de inexecução parcial da obrigação;

III - de 0,03% (três centésimos por cento) por dia, no caso de atraso no cumprimento dos prazos de início e conclusão das etapas previstas no cronograma, até o máximo de 30 (trinta) dias, a partir dos quais será considerado descumprimento parcial da obrigação.

13.5. O valor da multa aplicada deverá ser recolhido à Prefeitura Municipal de São Pedro da Aldeia/RJ no prazo de 05 (cinco) dias corridos, a contar da data do recebimento da notificação, podendo o valor ser descontado na ocasião de seu pagamento, ao exclusivo critério da Administração e respeitando o prazo supracitado.

13.6. O não recolhimento da multa no prazo assinado implicará a sua inscrição na dívida ativa municipal, para cobrança judicial.

13.7. A licitante comete infração administrativa nos seguintes casos:

13.7.1 - não assinar o contrato ou a ata de registro de preços

13.7.2 - não entregar a documentação exigida no certame

13.7.3 - apresentar documentação falsa

13.7.4 - causar o atraso na execução do objeto

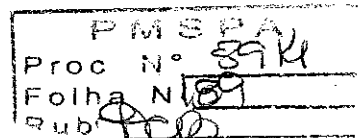
13.7.5 - não mantiver a proposta

13.7.6 - falhar na execução do contrato

13.7.7 - fraudar a execução do contrato

13.7.8 - comportar-se de modo inidôneo

13.7.9 - declarar informações falsas





ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Prefeitura Municipal de São Pedro da Aldeia

Secretaria Municipal de Saúde

Secretaria Adjunta de Administração

PMSPA/SESAU

Proc. Nº: 8914/22

Fls nº: 122

Rub: 1

13.7.10 - cometer fraude fiscal

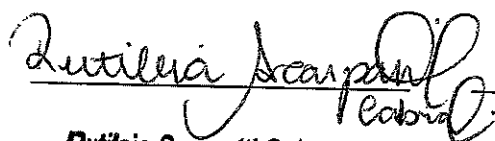
13.8. As infrações do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.

13.9. Na hipótese de abertura de processo administrativo destinado a apuração de fatos e, se for o caso, aplicação de sanções à licitante, em decorrência de conduta vedada neste Pregão, as comunicações à licitante serão efetuadas por meio do endereço de correio eletrônico (e-mail) cadastrado no credenciamento da empresa junto ao SICAF.

13.9.1. A **licitante** deverá manter atualizado o endereço de correio eletrônico (e-mail) cadastrado junto ao SICAF e confirmar o recebimento das mensagens provenientes da Prefeitura Municipal de São Pedro da Aldeia, não podendo alegar o desconhecimento do recebimento das comunicações por este meio como justificativa para se eximir das responsabilidades assumidas ou eventuais sanções aplicadas.

São Pedro da Aldeia, 09 de maio de 2023.

RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO:



Rutileia Scarpatti Cabral
Médica Veterinária
CRMV-RJ 6857



Camila Sanches
Coordenadora Farmacêutica
SMS PMSPA - Mat. 33256

APROVADO POR:

Maria Márcia Sampaio Fontes
Secretária Municipal de Saúde
Mat. 37.877

**ESTADO DO RIO DE JANEIRO****Prefeitura Municipal de São Pedro da Aldeia****Secretaria Municipal de Saúde****Secretaria Adjunta de Administração****PMSPA/SESAU**Proc. Nº: 8914/22Fls nº: 123Rub: [assinatura]**ANEXO I (LISTAGEM)**

PMSPA
Proc Nº 8914
Folha N 191
Rub [assinatura]

ITEM	PRODUTO/ESPECIFICAÇÃO	UND.	QUANT. MENSAL	QUANT. ANUAL	QUANT. RESERVA
1	BOLSA SORO FISIOLÓGICO 500 ML. SOLUÇÃO DE CLORETO DE SÓDIO COM CONCENTRAÇÃO DE 0,9% SORO FISIOLÓGICO. SOLUÇÃO INJETÁVEL DE CLORETO DE SÓDIO 0,9% É UTILIZADA PARA O RESTABELECIMENTO DE FLUIDO E ELETRÓLITOS. A SOLUÇÃO TAMBÉM É UTILIZADA COMO REPOSITORA DE AGUA E ELETRÓLITOS EM CASO DE ALCALOSE METABÓLICA DE GRAU MODERADO, EM CARÊNCIA DE SÓDIO E COMO DILUENTE PARA MEDICAMENTOS	UND	41	500	08
2	BOLSA SORO RINGER LACTATO 500ML. SOLUÇÃO INJETÁVEL DE CLORETO DE SÓDIO + CLORETO DE CÁLCIO + LACTATO DE SÓDIO	UND	41	500	08
3	CLORIDRATO DE TRAMADOL INJETÁVEL - AMPOLA DE 2ML DE 100MG.	UND	08	100	04
4	DIAZEPAN DE 10MG/ML INJETÁVEL 2ML - CADA 2 ML DA SOLUÇÃO INJETÁVEL CONTÉM: DIAZEPAM.....10MG VEÍCULO Q.S.P.....2ML EXCIPIENTES: PROPILENOGLICOL, ÁLCOOL BENZÍLICO, BENZOATO DE SÓDIO, ÁCIDO BENZÓICO, ÁLCOOL ETÍLICO E ÁGUA PARA INJEÇÃO.	UND	08	100	04
5	ISOFLURANO - SOLUÇÃO DE INALAÇÃO/INALANTE EM FRASCO AMBAR CONTENDO 100ML	UND	04	50	02
6	ITRACONAZOL 100G - ANTIFÚNGICO. CAIXA COM 15 CAPSULAS	CX	03	40	04
7	PROPOFOL INJETÁVEL - AMPOLA DE 20ML. CONCENTRAÇÃO DE 10MG.	UND	08	100	04
8	RIFAMICINA SPRAY DE 20 ML - RIFAMICINA SV SÓDICA 10MG/ML EM SPRAY TÓPICO COM 20ML	UND	16	200	08